

# Verificação dos Índices de Bem-Estar e Felicidade Aplicados ao Ambiente Construído

**Desirée Kuhn**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

[desireekuhn@gmail.com](mailto:desireekuhn@gmail.com)

## ABSTRACT

*Due to the failure on the conception that social and individual happiness is based only in the development efforts, emerges a new perspective that tries to consider economic growth, social well-being and ecological sustainability in the construction of this social and individual happiness. This holistic approach requires, however, new strategies and tools that can be objectively applied to measure the collective and objective happiness. From the reading of the reports of happiness as Gross National Happiness, Happy Planet Index, Social Development Index of Municipalities and Well Being Brazil, will be sought to identify the existence of indicators to measure the individual and social happiness dealing with architecture and urban planning. The first conclusion of this study reveal that little attention is given to the quality of the built environment in these documents, although that is already a discussion on the topic.*

**Keywords:** *New development; Collective well-being; Development indexes.*

## 1. INTRODUÇÃO

Diante do fracasso econômico, social e ecológico da concepção moderna de desenvolvimento, entendido como crescimento do Produto Interno Bruto obtido a qualquer custo, iniciou-se uma profunda revisão sobre a natureza e os custos do desenvolvimento. Desse debate, emerge uma concepção de algum novo tipo de desenvolvimento que consiga harmonizar crescimento econômico com equidade social e sustentabilidade ecológica. Tal concepção holística de desenvolvimento exige, porém, ferramentas que possam medir objetivamente o bem-estar coletivo que o novo desenvolvimento deve gerar. Daí que se testemunhe a proliferação de índices que pretendem dar uma resposta técnica a essa questão.

Atualmente vêm crescendo o número de pesquisas que visam entender e aprofundar aspectos como “qualidade de vida” que afetam e atuam no viver de indivíduos e grupos sociais, desde o planejamento de cidades, espaços públicos, mobilidade urbana, moradia, ergonomia e técnicas construtivas. A necessidade de se considerar os aspectos sobre urbanismo e arquitetura não é apenas de ordem teórica, mas sim prática. Não sendo mais possível medir o nível de desenvolvimento pelo crescimento econômico de um país ou pela capacidade de consumo de sua população, torna-se cada vez mais crítico que aspectos de planejamento urbano, habitação, densidade, áreas verdes, segurança alimentar, entre outros, estejam inseridos em pesquisas sobre a qualidade de vida.

Assim, o objetivo da pesquisa proposta neste artigo é analisar indicadores de bem-estar, a fim de identificar quais parâmetros urbanísticos e/ou arquitetônicos são efetivamente considerados na construção desses índices de medição de fatores intersubjetivos. A partir desta análise, acredita-se,

poderão ser analisadas as qualidades, ausências ou falhas destes fatores, e assim aprimorar tais pesquisas no futuro. Partindo da leitura dos indicadores *Happy Planet Index* (HPI), Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM), *Well Being Brasil* (Índice de Bem-Estar Brasil), buscar-se-á identificar a existência, ou não, de indicadores que tratem de temas caros à arquitetura e urbanismo, ou seja, se há uma preocupação com a qualidade dos ambientes construídos para a mensuração do bem-estar coletivo nas cidades e, caso existam, como eles se relacionam com a concepção de um novo desenvolvimento, socialmente incluyente, ecologicamente sustentável e economicamente sustentado.

## 2. DO FRACASSO DO DESENVOLVIMENTISMO A UMA NOVA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos, o discurso sobre desenvolvimento tem passado por uma profunda revisão. Conforme observa o economista Ignacy Sachs (2005), a origem dessa discussão pode ser localizada na ideia de “progresso” defendida pelos iluministas. No entanto, em sua versão contemporânea, a ideia de desenvolvimento surge no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, quando, já no contexto da Guerra Fria, discutia-se a necessidade de se diminuir as diferenças econômicas e sociais entre países centrais (industrializados) e periféricos (agroexportadores). Nessa época de embate entre comunistas e capitalistas, economistas e políticos de ambos os lados concordavam em que os países, a partir de então classificados de “subdesenvolvidos”, deveriam apressar etapas de sua modernização, como se o desenvolvimento seguisse uma receita baseada na história dos países já industrializados. O resultado disso foi a implementação de políticas públicas que representavam um esforço para industrializar rapidamente, e a qualquer custo, as economias desses países. Implícito nessas políticas estava uma concepção que relacionava direta e mecanicamente crescimento econômico a bem-estar coletivo (ibid.). Os resultados foram, em geral, catastróficos: houve um aumento brutal das desigualdades sociais, geração de diversos problemas urbanos, uma vez que houve uma rápida migração populacional do campo para as cidades, danos ao meio ambiente e crises econômicas resultantes de políticas econômicas incapazes de manter o alto investimento necessário para completar os projetos de industrialização nacional (LEITÃO, 2010; SACHS, op. cit.). Na medida em que se reconhecia a falha dessa concepção de desenvolvimento de forma geral (e não apenas culpando a classe política de países específicos), iniciou-se um esforço para se reconceituar a ideia de desenvolvimento.

O primeiro passo dado nesse sentido foi dissociar a ideia de desenvolvimento da de crescimento econômico. Assim, a abordagem economicista, que entende o mero aumento do PIB dos países como sendo uma garantia de bem estar de sua população (ou, como popularmente se dizia no Brasil, que era preciso “fazer o bolo crescer (a economia) para, depois, dividi-lo”), é substituída pela concepção de que o desenvolvimento deva ser um fenômeno holístico, que consiga alcançar as metas de ser, ao mesmo tempo, socialmente incluyente, ecologicamente sustentável e economicamente sustentado (SACHS, 2004). Ou ainda, reconhece-se que o desenvolvimento de nada serve, caso não tenha como meio e fim a liberdade de escolha dos indivíduos e aumento da qualidade de vida (SEN, 2010). Tal alinhamento da razão econômica à ética cria, porém, uma série de desafios para os pesquisadores e políticos, na medida em que agrega, aos dados estatísticos da economia, aspectos demasiados subjetivos para uma simples medição técnica e, logo, a proposição de políticas públicas. Ou seja: como medir a qualidade do desenvolvimento de uma região, país ou continente através de conceitos tão fluidos como “qualidade de vida”, “felicidade” ou “liberdade”?

Nos últimos anos, tem-se testemunhado a proliferação de índices que tentam dar uma resposta técnica a essa questão. Assim, há necessidade de aprofundar pesquisas que meçam tais apreciações subjetivas, que somente poderão ser aprimoradas mediante o debate de seus critérios de avaliação – algo que, de fato, tem ocorrido com pouca frequência.

### 3. ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO E A DIFÍCIL TAREFA DE QUANTIFICAÇÃO DO BEM-ESTAR COLETIVO

Esta nova abordagem de desenvolvimento exige a incorporação de um conjunto de indicadores, que visem sistematizar o processo de desenvolvimento, levando em consideração suas múltiplas dimensões: a social, a econômica, a política, a cultural, a ambiental, a demográfica, entre outras. Ainda, a concepção de um novo desenvolvimento exige uma intervenção direta de políticas públicas e privadas, que garantam a equidade entre crescimento econômico, preservação do meio ambiente e o bem-estar coletivo das populações. Isso traz à tona a necessidade de se desenvolverem pesquisas que busquem captar e compreender as diversas percepções sobre tais temas, colocando-as de forma objetiva, em forma de dados quantitativos, que possam ser utilizados por *policy makers* no mundo globalizado. Surge a partir disso, a necessidade da construção de mecanismos que assegurem o controle de qualidade dos dados e que proporcionem algum grau de padronização, eliminando o risco de produção extensiva de dados com baixa capacidade de informação.

Daí que os sistemas de indicadores de sustentabilidade apareçam como uma ferramenta capaz de avaliar as formas, condições e consequências do desenvolvimento, servindo como subsídio para minimizar o risco das tomadas de decisão dos gestores, na definição de políticas públicas e ações para geração do desenvolvimento de forma sustentável.

Não obstante, há ainda muita discussão sobre, tanto na metodologia empregada em cada um dos sistemas de medidas de bem-estar e desenvolvimento humano, quanto de sua própria concepção. Neste artigo, pretende-se verificar o lugar que ocupa a preocupação com a qualidade do ambiente construído nos diferentes sistemas de indicadores. Aspectos como mobilidade urbana, planejamento do crescimento da cidade, discussões sobre os impactos da verticalização das cidades ou, ainda, a oferta de espaços verdes nas cidades, estão diretamente relacionados às preocupações sobre sustentabilidade, não podendo ser considerados como detalhes ou luxos nesse debate (SATTERTHWAIT, 2004).

Para isso, propõe-se descrever alguns indicadores, objetos de interesse desse trabalho, dentre eles o Felicidade Interna Bruta (FIB), *Happy Planet Index* (HPI), Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM) e o *Well Being Brasil Index* (WBB).

O FIB caracteriza-se como um indicador sistêmico, idealizado no reino do Butão (Ásia) com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na década de 70, atraindo a atenção para o contraponto ao PIB (Produto Interno Bruto). O HPI (primeira versão) foi lançado pela NEF (*New Economics Foundation*) em 2006, apresentando indicadores para sociedades, buscando aliar qualidade de vida ao enfrentamento dos impactos ecológicos da virada do milênio. Com grande repercussão, o relatório foi lido em mais de 185 países (ABDALLAH, 2009).

No âmbito nacional, o Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM), publicado pela Fundação Getúlio Vargas tendo como fontes de dados o IBGE (Censo Demográfico), o Ministério da Saúde e da Educação, busca indicar através de medidas sintéticas o desempenho e a qualidade de

bem-estar social para todos os 5.565 municípios brasileiros. O último indicador a ser analisado, ainda em construção, apresenta uma metodologia que leva em consideração características próprias do povo brasileiro, o *Well Being* Brasil (WBB). Desenvolvido pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV/EAESP) e a MyFunCity – rede social privada criada para discutir interesses públicos no Brasil, o índice foi premiado pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Por fim, a escolha desses objetos de estudo permite que se possa apresentar comparações entre índices de aplicação generalizada (internacional) e especializada (nacional, regional, local).

### 3.1 Felicidade Interna Bruta (FIB)

O índice Felicidade Interna Bruta (FIB) ou *Gross National Happiness* (GNH) é um conceito de desenvolvimento social criado em contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB). O FIB foi proposto para ser uma abordagem holística da sociedade, que questiona as necessidades humanas da sociedade de consumo, e propõe outro olhar para a qualidade de vida e a sustentabilidade, propondo-se a responder às necessidades tanto materiais quanto espirituais das pessoas, sem o que não seria possível tornar realidade uma sociedade sustentável (CENCI; BURMANN, 2013, p. 152).

O Butão, país localizado ao sul da Ásia, tornou-se referência nas políticas públicas de bem-estar social ao criar o Índice de Felicidade Interna Bruta, termo criado pelo rei Jigme Singye Wangchuck, em 1972, em resposta a críticas que afirmavam que a economia do seu país crescia miseravelmente. O FIB representou o compromisso de construir uma economia adaptada à cultura do país, que tem como bases valores espirituais budistas. Enquanto os modelos tradicionais de desenvolvimento têm como premissa básica o crescimento econômico, o conceito de FIB baseia-se no princípio de que o verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade surge da complementaridade entre os desenvolvimentos espiritual e material. Em outras palavras, o FIB considera que o bem-estar social é tão importante quanto o econômico.

Só há sentido no desenvolvimento sustentável quando este proporciona melhoria na qualidade de vida, o que inclui não só as relações sociais e a preservação do meio ambiente, mas as oportunidades criadas para o exercício da cidadania (CENCI; BURMANN, 2013, p. 150).

A organização ligada ao governo, chamada de Centro de Estudos do Butão, estipulou nove áreas para medir a felicidade da população. O Estado acredita que o uso do FIB, ao transformar as informações em números, contribui para melhorar a margem de acerto de suas decisões. As nove áreas do FIB estão distribuídas em:

- Padrão de vida: faz parte dos critérios usados para medir o bem-estar social em qualquer país do mundo, pois indica a renda per capita e a qualidade dos bens e serviços disponíveis à população.
- Boa governança: avaliar como a população enxerga o governo; ver se ele passa a imagem de que respeita características como transparência, responsabilidade, e prestar contas à sociedade.
- Vitalidade da comunidade: o nível de confiança em quem mora na casa ao lado é essencial para a felicidade, acreditam os butaneses. Informações assim ajudam a construir um índice que mostre o grau de identidade entre os habitantes.
- Uso e equilíbrio do tempo: a possibilidade que cada pessoa possui de escolher como aproveitar seus dias. Os indicadores devem mostrar o tempo que a população dedica ao trabalho, à família e à cultura.

- Saúde da população: a relação entre saúde e bem-estar é autoexplicativa. O objetivo desse indicador é mostrar os resultados das políticas de saúde, incluindo, por exemplo, critérios como expectativa de vida.
- Vitalidade e diversidade da cultura: avalia a dedicação a crenças e costumes. Tem relação direta com a qualidade de vida e o quanto os habitantes se identificam com o lugar onde moram.
- Vitalidade e diversidade do ecossistema: mensuração da qualidade da água, do ar, do solo e a biodiversidade.
- Educação: essa categoria indica o ritmo de crescimento das taxas de alfabetização e do acesso às escolas e faculdades, priorizando o ensino público.
- Bem-estar emocional: é o mais pessoal e profundo dos indicadores, pois busca avaliar o grau de satisfação, de otimismo, que cada habitante tem em relação à sua própria vida.

O Butão foi pioneiro na criação de índice de bem-estar social, e sua experiência em seguida recebeu o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a recomendar este exemplo para aplicação em diversos países. Contudo, o índice está mais voltado para questões sociais, culturais e espirituais, não envolvendo questões específicas relativas ao ambiente construído. Isso, de certa forma é compreensível, dado que o índice é local. O Reino do Butão é uma nação muito montanhosa, com vales férteis, essencialmente agrícola, com pequenos aglomerados de vilas e, apenas recentemente, constata-se um crescimento imobiliário. Logo, não apresenta os problemas urbanos recorrentes de muitas metrópoles pelo mundo.

### 3.2 Happy Planet Index (HPI)

O *Happy Planet Index*<sup>1</sup> (cuja tradução literal para o português seria algo próximo a Índice do Planeta Feliz) é um índice global, que busca medir como cada país proporciona um bem-estar sustentável aos seus cidadãos. Criado pela organização não governamental britânica, *New Economics Foundation* (NEF), o HPI é uma forma de medir a eficiência com que uma nação converte os seus recursos naturais em vidas longas e felizes para os seus cidadãos, de forma que o meio ambiente seja preservado para futuras gerações. Com esse tipo de pesquisa, a NEF busca criar parâmetros para alguma nova economia que equacione a preservação dos recursos naturais com a oferta de bem-estar coletivo à população. O HPI fornece parâmetros para que se possa alcançar essa meta. Assim, a equação fundamental do HPI é:

$$HPI = \frac{\text{Bem-estar} \times \text{Expectativa de Vida}}{\text{Pegada Ecológica}} \quad (1)$$

Ainda que esse índice ponha ênfase na questão ambiental, a mensuração do bem-estar coletivo tem um peso significativo na pesquisa. Para medi-lo, lança-se mão de outro índice, o da *Gallup World Poll* (GWP)<sup>2</sup>. Aplicado desde 2007, a GWP se vale de uma amostra de 100 pessoas, com idade acima de 15 anos, em cada um dos 150 países pesquisados. O método utilizado é o dos “degraus de uma escada” (*step ladder*), o que implica pedir ao entrevistado que se imagine numa escada, que vai do degrau 0 ao 10, ao responder as questões.

<sup>1</sup> <http://happyplanetindex.org/>

<sup>2</sup> Os dados reportados pelo *Gallup World Poll* estão disponíveis no *World Database of Happiness*. Endereço eletrônico: <http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/> (Acesso:10/10/2018).

Uma observação atenta ao questionário da GWP revela que questões referentes à arquitetura e/ou urbanismo se encontram absolutamente fora da ideia de bem-estar desse índice. Assim, por exemplo, em tópicos em que poderiam constar questões sobre esses assuntos (como “meio-ambiente e energia” ou “alimentação e abrigo”), restringe-se a querer saber as impressões subjetivas sobre aquecimento global e fornecimento de eletricidade para casas. Assuntos relacionados à mobilidade urbana, oferta de moradia ou oferta de lugares públicos para lazer (parques, praças, florestas urbanas) são sumariamente desconsideradas nas dezesseis perguntas formuladas. Os principais temas abordados nos questionários:

- Felicidade geral: pior vida possível; falta de prazer; vida feliz; pessoa feliz; satisfação com a vida; satisfação com a vida como um todo; avaliações gerais resumidas da vida;
- Nível de afeição hedônico: nível geral médio; tempo feliz; equilíbrio; experiências de vida; aparência.
- Contentamento: percepção de realização de aspirações; percepção de realização de metas; percepção de receber as coisas conforme queria.

O Brasil alcançou uma pontuação de 34,3 e ocupa o 23º lugar entre todos os países analisados pelo HPI. Além de não especificar as questões relativas ao ambiente construído, este índice deixa a desejar nos aspectos relativos aos abusos dos direitos humanos.

### 3.3 Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM)

Para aferir o desenvolvimento social brasileiro na escala urbana, existe o Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM). Publicado pelo Centro de Microeconomia Aplicada da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), o ISDM busca sintetizar vários aspectos referentes ao desenvolvimento social de um município, a fim de criar um ranking que permita a comparação do desempenho dos municípios brasileiros, entre si, nas dimensões analisadas. Nesse sentido, o ISDM abrange cinco dimensões: Habitação, Renda, Trabalho, Saúde e Segurança e, por fim, Educação. As fontes desse índice são o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sistema de Informação sobre Mortalidade e o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos, do Ministério da Saúde e a Prova Brasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O ISDM é construído de maneira a indicar que, quanto maior o seu valor, maior o nível de desenvolvimento do município. Ele é obtido através de uma média simples dos indicadores de cada dimensão, que são estabelecidos numa escala de 0 a 10, e, portanto, o ISDM também varia nessa escala. Contudo, para que haja consistência na comparação entre todos os municípios do país, os indicadores agregados das dimensões e o ISDM são normalizados, de forma que cada um deles represente o desvio em relação à média do Brasil, normalizada para 5.

Entre as cinco dimensões analisadas, o tópico de Habitação é o que melhor contempla aspectos relacionados à arquitetura e ao urbanismo. Nele, observa-se o grau de acesso aos serviços básicos de infraestrutura e qualidade da moradia da população em cada município. Para isso, o ISDM conta com 6 indicadores nessa dimensão, quais sejam:

- Coleta de lixo;
- Energia elétrica;

- Água canalizada;
- Esgotamento sanitário;
- Domicílio próprio;
- Densidade de moradores por cômodo.

É possível notar que os tópicos analisados contemplam aspectos básicos de moradia, deixando de lado, porém, questões como qualidade do ambiente construído, mobilidade urbana ou espaços de lazer.

### 3.4 *Well Being* Brasil

O índice *Well Being* Brasil (WBB), da cidade de São Paulo, é uma pesquisa desenvolvida por professores do Instituto de Finanças da FGV/EAESP, em conjunto com a rede social *MyFunCity* e Movimento Mais Feliz, desenvolvida especificamente para medir o grau de bem-estar do cidadão brasileiro. Criado dentro do Núcleo de Estudos da Felicidade e do Comportamento Financeiro da FGV, o projeto quer aferir os indicadores na escala do bairro, no maior número possível de cidades do país. O documento apresenta e descreve constatações em termos de satisfação das pessoas com diferentes aspectos de vida, organizados em 10 variáveis, compostas por 68 indicadores. São elas:

- Meio ambiente: concentra-se na satisfação com aspectos relacionados à possibilidade de desenvolvimento de atividades físicas ao ar livre, limpeza urbana e demais fatores que afetam a vida outdoor, como o clima, nível de ruído e poluição nas cidades.
- Transporte e Mobilidade: esse indicador reflete a satisfação do cidadão com as condições de transporte na cidade. Na medida em que o cotidiano das pessoas é afetado pelo transporte, entende-se que essa variável é relevante para o entendimento do bem-estar.
- Família: avalia o nível de satisfação das pessoas com as condições segundo as quais se torna possível e viável a convivência com a sua família. O convívio com outras pessoas, incluindo-se a família, é apontado como uma maneira de promover o bem-estar.
- Redes de relacionamento: Essa variável refere-se aos laços sociais mantidos pelo cidadão, reflete a satisfação com o nível de atividade social apresentado pelo indivíduo. O nível de atividade social é apontado como um indutor de bem-estar.
- Vida profissional e financeira: reporta-se aos temas associados à vida profissional do indivíduo, bem como seu nível de bem-estar financeiro. A literatura científica a respeito do bem-estar aponta o trabalho e o dinheiro como importantes aspectos para o bem-estar.
- Educação: avalia a satisfação do indivíduo com as condições de obtenção de capital intelectual, do autodesenvolvimento oferecido pela cidade.
- Poder Público: nessa variável espera-se capturar o nível de satisfação do cidadão com os temas associados à forma segundo a qual a administração pública (executivo, legislativo e jurídico) tem sido conduzida.
- Saúde: está orientado à identificação da satisfação dos indivíduos com o oferecimento de serviços de saúde, nas esferas pública e privada.
- Segurança: reflete a percepção de segurança na cidade, segundo a avaliação do respondente. O sentimento de segurança é importante para o bem-estar.
- Consumo: Destina-se a avaliar o nível de influência do consumo de bens e serviços sobre o nível de bem-estar subjetivo apresentado pelo respondente.

Entre as pesquisas analisadas neste artigo, a WBB é a que apresenta uma abordagem mais sensível a aspectos relacionados à qualidade do ambiente construído. Assim, por exemplo, o tópico “Transporte e Mobilidade” é dividido em: (i) aeroportos na região, (ii) rodoviárias da região, (iii) qualidade das estradas no estado, (iv) sinalização urbana nas vias públicas, (v) qualidade das ruas, (vi) qualidade do transporte público, (vii) tempo dispendido no trânsito.

À primeira vista, aspectos relacionados aos espaços comuns na cidade são deixados de lado. No entanto, ao se observar o item “Meio ambiente”, nota-se que nele constam subitens como “vias que ligam a cidade ao interior”, “parques públicos”, “áreas de lazer à disposição”, “limpeza da cidade” ou “nível de barulho” que permitem aos pesquisadores terem alguma ideia da qualidade da vida urbana, para além do acesso à saneamento básico e à energia elétrica.

Entre os 11 indicadores de Meio ambiente realizados na cidade de São Paulo, por exemplo, os mais críticos em termos de sua relevância para a vida das pessoas e da satisfação dos habitantes, nota-se que dois se destacam negativamente: Nível de barulho e Qualidade do ar, conforme apresentado na **Figura 1**. Isto indica que esses dois aspectos parecem ser prioritários se consideradas as ações de melhoria da vida das pessoas que habitam a cidade de São Paulo (DA SILVA; GARCIA; MOTORYN, 2013).

**Figura 1.** Ratings médios de satisfação e de relevância com aspectos de meio ambiente na cidade de São Paulo.



Fonte: (DA SILVA; GARCIA; MOTORYN, 2013).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo não é avaliar a qualidade dos índices acima analisados, mas tão somente observar se neles há, ou não, uma preocupação com a qualidade dos ambientes construídos, como elemento importante na consideração e mensuração do bem-estar coletivo. Na Figura 2 é apresentada a síntese da análise dos sistemas de indicadores estudados.



**Figura 2.** Quadro síntese comparativo entre sistemas de indicadores de bem-estar.

	Âmbito Internacional		Âmbito Brasileiro	
	FIB (Felicidade Interna Bruta)	HPI (Happy Planet Index)	ISDM (Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios)	WBB (Well Being Brasil Index)
<b>Origem</b>	Criado no Butão (Ásia) em 1972, para fazer contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB).	Criado pela <i>New Economics Foundation</i> (NEF), pretende ser um índice global: aplicado em 150 países desde 2007.	Publicado pelo Centro de Microeconomia Aplicada da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP).	Criado pelo Instituto de Finanças da FGV/EAESP, em conjunto com a rede social <i>MyFunCity</i> e Movimento Mais Feliz.
<b>Principais eixos temáticos e variáveis usadas para o cálculo dos índices</b>	Distribuído em nove áreas: padrão de vida; boa governança; vitalidade da comunidade; uso e equilíbrio do tempo; saúde; vitalidade e diversidade da cultura; diversidade do ecossistema; educação; bem-estar emocional.	As três áreas avaliadas são: bem-estar (dados da <i>Gallup World Poll - GWP</i> ); expectativa de vida (dados de indicadores de população das Nações Unidas – Revisão 2015); pegada ecológica (dados abertos da <i>Global Footprint Network</i> )	Distribuído em cinco áreas: Habitação, Renda, Trabalho, Educação, Saúde e Segurança. Fontes de dados: Censo Demográfico (IBGE), o Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	Distribuído em dez variáveis (68 indicadores ao todo): meio ambiente; transporte e mobilidade; família; redes de relacionamento; vida profissional e financeira; educação; poder público; saúde; segurança; consumo.
<b>Parâmetros urbanísticos e/ou arquitetônicos</b>	O índice dá ênfase a questões sociais, culturais e espirituais, não envolvendo questões específicas relativas ao ambiente construído.	O eixo Bem-estar poderia tratar de questões referentes à arquitetura e/ou urbanismo, porém o questionário da GWP usado como base de dados não contempla percepção sobre o ambiente construído.	O eixo de Habitação aborda seis indicadores referentes ao ambiente construído/ urbanismo: coleta de lixo; energia elétrica; água canalizada; esgotamento sanitário; domicílio próprio; densidade de moradores por cômodo.	WBB apresenta uma abordagem mais sensível a aspectos relacionados à qualidade do ambiente construído. Destaque para dois eixos específicos: Transporte e Mobilidade, Meio Ambiente.
<b>Relação com Desenvolvimento Sustentável</b>	Nível nacional (escala do país) Abordagem holística da sociedade	Nível Global (escala mundial), ênfase na dimensão ambiental	Nível Regional (escala da cidade), ênfase na dimensão social	Nível Local (escala do bairro), ênfase nas três dimensões da sustentabilidade (econômico, social e ambiental).
<b>Análise Crítica</b>	O FIB foi o pioneiro na criação de índice de bem-estar social, com a intenção de construir uma economia adaptada à cultura do país. Por ser o referencial mais antigo, deu bases a muitos indicadores posteriores sobre bem-estar.	O HPI busca equacionar a preservação dos recursos naturais à oferta de bem-estar coletivo, entendidos como realização pessoal e expectativa de vida. A validade deste índice está na comparação entre nações, contudo muito restrita nos parâmetros de qualidade do ambiente construído.	O ISDM é um índice que abrange todos os municípios do Brasil, e por isso, possibilita a comparação nos diversos parâmetros medidos. No que tange ao ambiente construído, abrange aspectos básicos de moradia e infraestrutura urbana, que não verificam qualidade no ambiente construído.	O WBB apresenta uma abordagem mais sensível a aspectos sobre ambiente construído. Nos temas que aborda, os indicadores apontam nível de relevância e de satisfação, oferecendo um parâmetro para indicar prioridades de ações para melhoria da qualidade urbana.

Fonte: Autor, 2018.

Nesse sentido, pôde-se observar que a qualidade do ambiente construído é ainda pouco considerada em pesquisas de largo alcance geográfico (de alcance global e nacional). Já a pesquisa WBB apresenta variáveis que tratam da questão da qualidade do ambiente construído de uma maneira interessante, isso é, dividindo a discussão entre variáveis distintas com indicadores próprios, mostrando a relação entre relevância e nível de satisfação dos respondentes. Conforme discutido na primeira parte deste artigo, a questão da qualidade do ambiente construído não pode ser considerada como algum tipo de luxo para a consideração do bem-estar coletivo, seja em países desenvolvidos, seja nos em desenvolvimento. Pelo contrário, a busca por algum novo desenvolvimento passa, necessariamente, pela consideração da qualidade do ambiente construído.

## REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, S. ET AL. **The Happy Planet Index 2.0: Why good lives don't have to cost the Earth.** 2009.
- BUENO, E. P. **O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): avaliação de seus pressupostos teóricos e metodológicos.** Boletim Goiano de Geografia, v. 27, n. 3, p.49-69, jul.- dez, 2007.
- CENCI, D.R.; BURMANN, T. K. Direitos humanos, sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. In: **Revista de Direitos Humanos e Democracia.** ano 1. n.2. jul/dez. Ijuí: Unijuí, 2013.
- DA SILVA, W. M.; GARCIA, F. G.; MOTORYN, M. **Survey Well Being Brasil Cidade de São Paulo.** FGV: São Paulo, 2013.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 2012. **Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios – ISDM.** Sumário Executivo. São Paulo.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 2012. **Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios – ISDM.** Nota Técnica. São Paulo.
- FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- JAHAN, S. **Measuring living standard and poverty: human development index as an alternate measure.** 2001. Disponível em [www.umass.edu](http://www.umass.edu). Acesso em: 20/08/2013.
- LEITÃO, C. S. **Biodiversidade cultural e o imaginário do desenvolvimento: políticas públicas para a valorização e proteção integradas do patrimônio cultural e natural brasileiros.** Políticas Culturais em Revista, n. 1, v. 3, p. 5-22, 2010.
- THE NEW ECONOMICS FOUNDATION. 2012. **The Happy Planet Index: 2012 Report – A global index of sustainable well-being.** London: NEF.
- SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, I. **Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento.** Salvador, Organizações e Sociedade, v. 12, n. 33, p. 151-165, 2005.
- SATTERTHWAITE, D. **The under-estimation of urban poverty in low and middle-income nations.** IIED, 2004.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Portal Well Being Brazil Index.** Disponível em: <<http://www.wbbindex.org/>>. Acesso em: 28/08/2013.